

# A Constituinte outra vez diante do impasse

BRÁSILIA  
AGÊNCIA ESTADO

Pode aparecer o buraco-negro nos trabalhos constituintes. Explícito-se: com a modificação no regimento interno, promovido pelo Centrão, não serão apenas as emendas ao projeto da Comissão de Sistematização a necessitar do voto da maioria absoluta de deputados e senadores. Também os diversos títulos, capítulos e artigos do texto em exame precisarão contar com a manifestação positiva de 280 constituintes. Assim, está aberta uma situação singular: determinado princípio constante do projeto não tem o apoio de 280 votos. Mas a emenda apresentada para substituí-lo também não. Cria-se o impasse, e o regimento interno, nesses casos, estabelece o prazo de dez dias para que as lideranças tentem, através do entendimento, resolver a questão. Só que o entendimento pode não acontecer. Num exemplo figurado, fácil de ser entendido, imagine-se que o texto proponha laranjas; a emenda, melancias. Mas nem todos os que detestam laranjas são obrigados a gostar de melancias. Poderão preferir goiabas, estas, por sua vez, rejeitadas pelos apreciadores das laranjas e das melancias. Estará caracterizada, no caso, a salada mista, impossível de ser deglutida pela Assembleia Nacional Constituinte.

Quando o Centrão mudou o regimento interno, as mudanças foram saudadas efusivamente. Afinal, a mecânica anterior de funcionamento da constituinte previa algo inadmissível, a possibilidade de aprovação das laranjas, isto é, do texto da Comissão de Sistematização, simplesmente se os defensores das melancias não conseguissem a maioria absoluta. Seria injusto, pois, afinal, inexistia evidência de que as laranjas possuíam a metade mais um dos votos.

Só que a solução acabou não sendo solução. Tome-se o caso da chamada estabilidade no emprego. Os sistematizadores aprovaram a proibição para demissões imotivadas, a não ser por justa causa ou relevante motivo econômico a justificá-las. O Centrão insurgiu-se, em nome da liberdade empresarial, e apresentou emenda permitindo demissões por decisão dos empregadores, mesmo sem justa causa, só que determinando a indenização de um salário por ano de trabalho para quem passasse a ser demitido. Essa fórmula, sem a menor dúvida, trará às empresas as mesmas ou ainda maiores dificuldades, grande parte delas sem caixa para atender a hipotéticas demissões. Então, para razoável segmento de deputados e senadores, nem uma nem outra das alternativas serve. Estão dispostos a rejeitar a laranja e a melancia, negando maioria a cada uma delas.

Caso neguem, nesse particular, ainda haverá saída, porque muita gente sustenta ser a matéria de competência da lei ordinária, sem neces-

tidade de constar da nova Constituição. O Congresso, depois de promulgada a nova Carta, se encarregaria de tentar resolver a questão.

Só que é impossível certos temas não integrarem a lei maior. O sistema de governo, por exemplo. Seria impossível promulgar uma Constituição que fosse omissa a esse respeito. Mas, se a maioria repelir o parlamentarismo, tal como está posto no projeto da Comissão de Sistematização, isso não quer dizer que uma das fórmulas presidencialistas constantes de emendas apresentadas esta semana consigam o respaldo de 280 parlamentares. Assinar não é votar, diz o ditado congressional. Estariam, nessa hipótese, abertos os dez dias para a busca de entendimentos, mas, se suas excelências não conseguiram promovê-los em 11 meses, as perspectivas de sucesso ficam mais do que pessimistas, em prazo tão reduzido.

Os buracos-negros, em Astronomia, são tão inexplicáveis quanto esse impasse constituinte, mas tanto um quanto outros costumam consumir energia e trazer toda a matéria que passe por perto — ou todas as esperanças de que possam chegar sãos e salvos dessa estranha aventura constituinte, uma espaçonave hoje perdida no cosmos, com astronautas em conflito.

O pior desses maus presságios é que, de buraco-negro em buraco-negro, o tempo irá passando. De o deputado Ulysses Guimarães, debalzo de seu otimismo desesperado, haver acordo em pelo menos 85% dos temas constitucionais, restando a necessidade de entendimento em torno de 15% deles, o que poderia acontecer em dois meses. O presidente da Assembleia Nacional Constituinte espera ver a nova Constituição promulgada no máximo até fins de março. Pode estar enganado. Para que Amaral Neto, líder do PDS, obstinadamente com exagerados ceticismos, prevê o final dos trabalhos para 2 de fevereiro. Só que fevereiro de 1989.

Fala-se demais em entendimento, como paliativo para afastar as ruínas carregadas do impasse. Mas fica difícil haver entendimento entre a guilhotina e o pescoço, ou entre a lenha e o machado. E parece ser, mais ou menos desse jeito que os 15% de princípios conflitantes estão colocados. É claro que alguma saída vai aparecer, sendo em um ano, ao menos, em seis meses; ou em cinco, ou sete. A natureza se encarregará de dar respostas apropriadas; seja pela rendição dos que gostam de laranjas, mas vão acabar comendo melancias, ou vice-versa, seja também pelo aparecimento de uma estranha fruta chamada "larancia". O problema está em que o resultado final será ruim, em qualquer dos casos. A nova Constituição surgirá desgastada e logo passará a ser contestada, porque todos terão sido vencidos pelo cansaço. Também, quem mandou: Constituição sempre foi coisa muito séria para estar submetida a aventuras...

C.G.

## Entendimento nacional

Sustenta o presidente do Senado, Humberto Lucena, não ser a nova Constituição suficiente para acabar de uma hora para outra com os problemas do País, todos com origem na área econômica. Não seria correto projetar falsas expectativas na crença de que com a promulgação da nova Carta tudo se resolveria, num passe de mágica. Para ele, estamos diante da necessidade e da oportunidade da promoção de um grande entendimento nacional. Deveriam participar todas as correntes partidárias e, por extensão, as lideranças dos mais diversos segmentos da sociedade.

O pressuposto é a boa vontade, para o parlamentar paroliano — como também o desarmamento, colocando-se de lado questões partidárias e ideológicas na tentativa de somar esforços para debelar a crise econômico-financeira. Não se trata de união nacional, política, pois a existência da oposição é sempre salutar, nas democracias. Não seria difícil, em suas palavras, o exame aberto e democrático dos pontos de estrangulamento que nos atingem.

A sugestão de Humberto Lucena é de uma reunião de todos os dirigentes partidários com o presidente José Sarney, num debate do qual resultariam as prioridades exigidas para o equacionamento da crise. Em seguida, a elaboração de um programa mínimo de salvação nacional, capaz de conseguir a adesão de em-

pregados e empregadores. A época dos pacotes já passou; a saída estará nesse tipo de diálogo, formal, sério, de consolidação do poder civil.